BREVE ABORDAGEM DA CATEGORIA DISCURSIVA MODALIDADE

MAGDA BAHIA SCHLEE FERNANDES (UERJ E UFF)

O objetivo deste texto é apresentar ao leitor o conceito da categoria discursiva *modalidade*, com base nos pressupostos teóricos da linguística sistêmico-funcional. Antes, contudo, de abordarmos o tema sob essa perspectiva, procuraremos dar um panorama geral da questão.

1. A origem dos estudos sobre modalidade

Os estudos sobre modalidade são de notável diversidade, não só pela grande variação da própria conceituação dessa categoria, mas também pela variação dos campos de estudo – filosófico, linguístico, psicológico − e das perspectivas teóricas que tratam do assunto.

Tais estudos remontam à antiguidade clássica. Os lógicos formais ocuparam-se em elaborar um sistema que desse conta, de forma coerente e precisa, das proposições que expressavam raciocínio válido. Assim, fixando regras abstratas que determinavam relações de inconsistência, incompatibilidade, contradição e oposição, definiam a verdade ou a falsidade das proposições. Estabeleceram-se, desse modo, as modalidades tradicionalmente reconhecidas: as aléticas, ou aristotélicas, que se referem ao eixo da existência. A modalidade alética refere-se, na verdade, às noções de verdade e/ou falsidade das proposições, podendo os enunciados de uma ciência ser necessariamente ou possivelmente verdadeiros. Tem-se, assim, o quadrado lógico, apresentado por Aristóteles, no qual, a partir das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definem-se, por negação, os contrários respectivos, o impossível e o contingente. (Koch, 1987)

Assim, a noção de verdade deixa de ser absoluta para ser necessária ou possível. Estabelecidas as modalidades aléticas, os lógicos definiram ainda outros dois eixos conceituais, o do conhecimento e o da conduta, nomeando, então, as modalidades epistêmica e deôntica, do eixo da crença e da conduta, respectivamente. (Neves, 2006)

Esse modelo idealizado pelos lógicos encontra-se, de certa forma, na base do estudo da expressão linguística das modalidades. Essa inter-relação entre lógica e linguística, no entanto, tem-se constituído um obstáculo nas investigações que se pretendem essencialmente linguísticas, pois, como bem ressalta Neves (2006), as línguas naturais são alógicas. Neves (2006) destaca ainda que exatamente por esse motivo, os objetivos da Linguística e da Lógica modal no estudo das modalidades são diferentes. Enquanto a Lógica preocupa-se com a estrutura formal das modalidades em

termos de valores de verdade, independentemente do enunciador, os estudos linguísticos pressupõem a relação enunciado/enunciador no tratamento das modalidades. Apesar dessa diferença, de acordo com Neves (2002) é lícito afirmar que, dentre as noções estabelecidas pelos lógicos, os eixos do conhecimento – modalidade epistêmica − e o da conduta – modalidade deôntica − constituem uma noção que pode correlacionar-se pertinentemente com as funções linguísticas básicas . E, de fato, esses dois eixos estão na base dos estudos sobre modalidade em diferentes autores. Observem-se as palavras da autora, que confirmam o que ficou dito:

> Em resumo, pode-se dizer que os tipos de modalidade tradicionalmente reconhecidos são um tanto diferentes nos diferentes autores, mas podem, na verdade, ser resumidos na distinção genérica entre modalidade epistêmica e não epistêmica (...) (Neves 2006:162)

A investigação lógica da modalidade sofreu críticas que marcaram seu desenvolvimento subsequente. Dentre essas críticas, destaca-se a de Blanché (1969), que propôs correções ao quadrado lógico de Aristóteles. O autor sugere a sistematização dos modais clássicos numa figura do tipo hexagonal, em que as partes se relacionariam por oposição e contraste. O autor, contudo, manteve-se fiel aos princípios da lógica clássica. Também Halliday (1994) invoca o peso do tratamento dado ao assunto pela lógica ao correlacionar *modalização* e *modulação* com o que é referido, na semântica filosófica, como *modalidade epistêmica* e *modalidade deôntica*, respectivamente, deixando claro que as noções estabelecidas pelos lógicos tiveram grande acolhida no tratamento linguístico da modalidade.

Além de Blanché, vários outros autores trataram da modalidade sob diferentes perspectivas. Ross (1969), por exemplo, privilegiou exclusivamente a sintaxe ao abordar a modalidade; Lyons (1977) optou por um tratamento semântico da questão, ao passo que Parret (1988), Kerbrat-Orecchioni (1977), Halliday (1994), Guimarães (1979), sob diferentes orientações teóricas, adotaram a uma visão pragmático-discursiva do assunto, que, em maior ou menor grau, mantinha-se ligada à classificação canônica da lógica clássica.

Na verdade, o conceito de modalidade tem sido fortemente influenciado pela visão lógica, apesar do tratamento da questão sob diferentes perspectivas teóricas.

2. A noção básica de modalidade

A primeira questão que se apresenta ao investigador da modalidade nos enunciados de uma língua natural diz respeito à distinção entre os termos *modalidade* e *modalização*. De fato, essa distinção apresenta uma flutuação muito grande de autor para autor.

Castilho (2002), por exemplo, declara que habitualmente se distingue por *modalidade* a estratégia que consiste em apresentar o conteúdo proposicional numa

forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa), enquanto a *modalização* corresponderia à estratégia pela qual o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento. O próprio Castilho, contudo, rejeita essa distinção por considerá-la enganosa, optando por empregar os termos indistintamente, como se percebe pelas palavras do autor:

> Essa distinção é um pouco especiosa, pois de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc. Por isso, resolvemos não distinguir modalidade de modalização e, neste texto, esses termos serão empregados sinonimamente. (Castilho 2002: 201)

Halliday (1994), por outro lado, inclui ainda o termo *modulação* ao tratar do tema. O autor subdivide a categoria modalidade em dois processos: *modalização*, que se aplica às proposições e que tem como polos opostos a afirmação e a negação; e a *modulação*, que se aplica às 'propostas' − nome dado por Halliday aos enunciados que veiculam ofertas e ordens − e que tem como polos opostos a determinação e a proibição.

Há ainda, segundo Neves (2006), outro aspecto ligado à nomenclatura que, por vezes, obscurece os estudos sobre modalidade:

> Outro complicador provém da natural utilização de termos relativos a noções de base lógica − como possibilidade, necessidade, probabilidade, factualidade − para o estabelecimento das definições, no campo da modalização dos enunciados. (Neves 2006: 156)

Na verdade, no estudo das modalidades é rara uma conceituação isenta de noções aparentadas com a lógica. Nessa exceção, está Mainguenau, que, do ponto de vista estritamente linguístico, define modalidade como "a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado" Mainguenau (1990: 8)

Outra questão fundamental a ser observada em relação à modalidade diz respeito à existência ou não de modalidade em enunciados sem marca explícita ou detectável. De um lado, sob uma perspectiva pragmático-discursiva, tem-se a posição de que *enunciar* já implica *modalizar* e, nesse caso, não haveria possibilidade de enunciados não modalizados. A modalidade seria considerada uma categoria automática, já que, nessa perspectiva, é inconcebível que o falante deixe de marcar seu enunciado em termos de verdade do fato expresso ou também deixe de imprimir nele certo grau de certeza.

Alguns autores, porém, defendem posição diversa: a de que a modalidade

é uma categoria opcional do enunciado. Entre eles está Ducrot (apud Neves 2006), que defende que o conceito de modalidade, assim como todo conceito, é opositivo, e, portanto, se há modal, há não modal. No tratamento da modalidade, o autor recorre à oposição tradicional que existe, no pensamento ocidental, entre objetivo e subjetivo, entre a descrição das coisas e a tomada de posição em relação a essas coisas ou em relação à própria descrição dada. Nessa perspectiva, o aspecto não modal equivaleria à descrição das coisas, às informações sobre elas, à informação objetiva; o aspecto modal, por outro lado, corresponderia às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso.

No uso linguístico, no entanto, o que se percebe mais comumente entre diferentes estudiosos é que a consideração da modalidade começa pelo reconhecimento dos diferentes modos de interação social: os três tradicionais tipos frasais – declaração, interrogação e exclamação. Nessa perspectiva, ao enunciar, o falante, automaticamente, já estaria lançando mão da categoria modalidade em seu enunciado. Halliday (1994), entre outros estudiosos, situa-se nessa visão ao falar em oferta, ordem, asseveração e pergunta. Há ainda a concepção da modalidade como *atitude do falante em relação ao seu enunciado*. Nesse último caso, além da opção por um tipo frasal, há outras marcas explícitas e detectáveis, como um auxiliar modal, um advérbio ou adjetivo entre outras.

Esses dois aspectos da modalidade são tratados separadamente por Pinto (1994), que, como Neves (2002/2006) e Ataliba (2002), se dedicou ao estudo da modalidade na língua portuguesa. Nessa obra de grande rigor técnico, o autor faz a distinção entre modalização da enunciação, do enunciado e da mensagem. A primeira diz respeito às operações em que o enunciador tem por objetivo "projetar o tipo de interação que deseja estabelecer com o seu receptor e, por seu intermédio com o mundo" (Pinto, 1994: 81). Nesse tipo de modalização, o autor inclui as modalidades declarativa, representativa, declarativa/representativa, expressiva, compromissiva e diretiva.

A par da modalização da enunciação, Pinto (1994) considera ainda a modalização do enunciado. O autor chama de modalização do enunciado as operações que indicam "o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que descreve ou alude em seus enunciados e/ou aos participantes desses estados de coisas ao de uma escala de probabilidades" (Pinto 1994:97). Nessa categoria, Pinto (1994) aproxima-se do tratamento dado pelos lógicos à modalidade, fazendo referência às modalidades aléticas, epistêmicas e deônticas, ou seja, modalidades ligadas ao conhecimento no caso das duas primeiras e ao dever, no caso da última. O autor inclui ainda na modalidade do enunciado quaisquer indicações de adesão afetiva e aprovação intelectual (moral, estética, prática, normativa ou veriditória) dadas aos conteúdos expressos.

Pinto (1994) reconhece ainda as modalidades da mensagem, nome dado por ele às operações:

> de organização estrutural que o emissor aplica, durante o processo de produção de um enunciado, a algum(s) do(s) esquema(s) frasal(is) abstrato(s) que se vão formando pela aplicação das operações enunciativas, a fim de produzir enunciados apropriados à situação e ao cotexto, isto é, que sejam considerados como textos. (Pinto 1994: 111)

Dentre as operações incluídas, por Pinto (1994), na categoria modalidades da mensagem, estão a proposição e a predicação, a topicalização, a focalização, a impessoalização, a redução de actantes e a hierarquização.

A proposição, segundo Pinto, envolve a operação de escolha pelo enunciador, entre os componentes do enunciado, daquele que vai desempenhar a função de argumento externo, o suporte da proposição, − o sujeito da tradição gramatical.

Já a predicação diz respeito às operações de natureza morfossintática e semântico-pragmática como a atribuição de voz e o acordo do predicado com o sujeito. Aplicam-se ainda, concomitantemente, as operações de ancoragem temporal, de indicação do aspecto, entre outras.

topicalização consiste na escolha do elemento que vai começar o enunciado, ocupando a primeira posição estrutural. A noção de tópico, do ponto de vista pragmático, apresentado por Pinto (1994), representa "o ponto de partida comunicacional que o emissor seleciona para o que vai ser dito, funcionando como elemento de conexão do novo enunciado à situação e ao cotexto". Essa noção aproxima-se da noção de tópico adotada por Halliday (1994).

A operação de focalização é definida por Pinto (1994) como a seleção pelo emissor do elemento ou dos elementos que vai (vão) ocupar a última ou as últimas posições estruturais do enunciado ou receber ênfase dada por processos prosódicos ou por certas construções de realce.

A impessoalização é descrita pelo autor como a operação pela qual se pode obter distanciamento entre o enunciador e a representação que ele faz de um estado de coisas.

A redução de actantes, por outro lado, consiste em omitir a referência a certos actantes dos estados de coisas descritos por inúmeras motivações, entre elas a obviedade de alguns deles em certos contextos.

Por fim, Pinto inclui, entre as modalidades da mensagem, a hierarquização que diz respeito à incorporação de diversas proposições a um mesmo enunciado através de um dos quatro modos de hierarquizar proposições: justaposição, coordenação, subordinação e nominalização.

Queremos crer, como Halliday (1994), que essas operações descritas por Pinto como modalidades da mensagem estão diretamente ligadas à estruturação do texto, integrando, pois, a metafunção textual. Desse modo, tais operações não serão consideradas, neste trabalho, manifestação da categoria discursiva modalidade.

3. A modalidade na tradição gramatical

A gramática tradicional não faz referência à categoria discursiva modalidade. A tradição gramatical privilegiou tão somente o estudo do modo ao tratar dos modos do verbo no âmbito da morfologia e dos verbos modais em oposição aos verbos sensitivos e causativos no que se refere à sintaxe. De fato, o modo está intimamente ligado à categoria modalidade, contudo, apesar de a gramática tradicional não ter quaisquer intenções de tratar as categorias linguísticas sob o ponto de vista discursivo, percebe-se que o conceito de modo permanece confuso e pouco explorado na abordagem tradicional.

Para comprovar o que ficou dito, selecionamos cinco gramáticas tradicionais consideradas como referência nos estudos de língua portuguesa. Vejamos as definições de modo nelas encontradas.

Em *O Idioma Nacional*, Nascentes (1964: 68) define modo como "a flexão pela qual se exprime a atitude mental da pessoa que fala, em relação ao processo indicado pelo verbo, conforme este processo é enunciado pura e simplesmente ou é enunciado afetivamente, com dúvida ou desejo por parte dessa pessoa."

Para Cunha (1970: 154), em *Gramática do Português Contemporâneo*, modos são as "diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de subordinação, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao ato que enuncia."

Rocha Lima (1972: 107), em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, caracteriza o modo como "as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo".

Em *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, Melo (1980: 82) afirma que "teoricamente, o modo exprime a atitude do falante relativamente à ação (ou fato), ao processo, ao movimento que o verbo traduz. Reflete a maneira (lat. *modus*) como ele, falante, vê o processo, a ação".

Observam-se, em todas as definições apresentadas, alguns pontos em comum. Em todas elas, por exemplo, alia-se a noção de modo à ideia de avaliação pelo falante do conteúdo expresso pelo verbo, aproximando essa noção do que habitualmente se considera modalidade.

Outro ponto em comum é a referência à pessoa que fala. Fica evidente que, mesmo intuitivamente, os gramáticos normativos perceberam a impossibilidade de estudar o fenômeno do modo sem considerar o enunciador. Isso, no entanto, é feito de forma confusa, pois "aquele que fala" não é considerado uma categoria linguística. Na verdade, há uma confusão entre "aquele que fala" com a pessoa física que fala.

Também as quatro definições condicionam a manifestação linguística do modo à forma verbal. De fato, todas essas definições encontram-se nas seções destinadas ao estudo do verbo. Esse procedimento faz parecer que não há expressões indicadoras da atitude comunicativa do falante fora da categoria verbal.

Pelo exposto, percebe-se que as duas primeiras constatações aproximam-se

das definições usuais de modalidade, contudo a gramática tradicional não forneceu uma análise minuciosa do modo, restringindo-o a uma mera flexão verbal.

Também faz parte da abordagem tradicional a clássica distinção entre frases declarativas, exclamativas, interrogativas e imperativas. Essa distinção, no entanto, baseia-se em particularidades essencialmente prosódicas. Tanto Bechara (1977: 194) quanto Cunha (2001: 167) tratam desses tipos frasais em seção intitulada "Entoação oracional", ressaltando apenas a cadeia melódica de cada um desses tipos. Melo (1980: 119) reconhece a existência de diferentes tipos de oração, contudo não tece quaisquer comentários sobre eles, já que, segundo ele, os nomes "por si dispensam maiores esclarecimentos". Ignora-se, assim, que esses tipos frasais, usados na interação verbal, exprimem, de forma inequívoca, o ponto de vista do enunciador.

4. A modalidade na perspectiva sistêmico-funcional

É clássica a proposta de Halliday (1994) de consideração da modalidade como terreno intermédio em relação aos polos positivo e negativo do enunciado. Ela parte do princípio de que a polaridade e a modalidade são componentes dos enunciados em geral, e de que todas as línguas apresentam a possibilidade de modalizar ou de negar uma proposição (em si, afirmativa). A princípio, a modalidade representa, pois, o estágio intermediário entre orações de polaridade afirmativa e negativa, ou seja, há valores semânticos que se localizam entre 'sim' e 'não', como nas expressões *talvez* ou *supostamente*.

Definindo a polaridade como a escolha entre o positivo e o negativo na proposição, como em *é* / *não é*, Halliday (1994) indica que, tipicamente, a polaridade é expressa no elemento verbal finito, razão pela qual esse elemento funciona como tema numa frase interrogativa que pede, na resposta, uma escolha entre *sim* e *não*.

A relação estabelecida por Halliday (1994) entre polaridade e modalidade reside justamente no fato de que as possibilidades de resposta a uma frase interrogativa desse tipo não se resumem a sim e não, havendo, naturalmente, graus intermediários, tanto do ponto de vista qualitativo (*talvez*), como do ponto de vista quantitativo (*às vezes*). Para Halliday (1994), esses graus intermediários entre positivo e negativo são conhecidos como modalidade. O autor acrescenta ainda que há dois tipos de possibilidades intermediárias: graus de probabilidade (*possivelmente* → *provavelmente* → *com certeza*) e graus de habitualidade (*às vezes* → *comumente* → *sempre*). No terreno da probabilidade, segundo Halliday, há uma disjunção entre o *sim* e o *não* ('sim' **ou** 'não'), o que corresponde a "talvez sim, talvez não" (em diferentes graus), enquanto no terreno da habitualidade existe uma conjunção do *sim* com o *não* ('sim' **e** 'não'), o que corresponde a um "às vezes sim, às vezes não".

Halliday (1994) postula ainda, a par da existência desse processo, − que se aplica às proposições e que tem como polos opostos a afirmação e a negação − a existência de um processo de *modulação*, − que se aplica às 'propostas' (relação de um enunciado com ações, e não com outros enunciados). Segundo ele, a *modulação*

tem como polos opostos a determinação (o correlato da afirmação proposicional) e a proibição (o correlato da negação proposicional).

Para compreender melhor a modalidade na perspectiva sistêmico-funcional, faz-se necessário retomar as diferenças entre os valores trocados na interação − informações ou bens e serviços. Se o valor trocado for informação, a modalidade pode indicar probabilidade (qual a probabilidade de a oração ser verdadeira) e habitualidade (qual a frequência com que a oração é verdadeira).

Em português, como ocorre em inglês, as noções de probabilidade e habitualidade são expressas normalmente por operadores modais finitos ou Adjuntos Modais, ou ainda, cumulativamente, por esses dois elementos. No exemplo abaixo, é o elemento finito (pode) o responsável pela indicação de probabilidade:

(1) Pode-se admitir que é impossível negar a precariedade absoluta da situação. (O Globo – 21/05/06)

Halliday (1994: 89) ressalta ainda o fato de que, numa declaração, a modalidade expressa a opinião do falante; enquanto, numa pergunta, a modalidade indica uma solicitação da opinião do ouvinte. Os exemplos abaixo, adaptados de Halliday (1994: 89) confirmam o que ficou dito:

(2) Deve ser João

Na oração anterior, o operador finito modal *deve* indica a opinião do falante sobre o fato de a pessoa referida ser João. Equivaleria a:

(3) É João, eu acho

Já na pergunta que se segue o falante, claramente, faz uma solicitação ao ouvinte:

(4) Será o João?

o que corresponderia a:

(5) É o João, você acha?

Halliday acrescenta que, mesmo os Adjuntos de alto valor modal como *certamente*, *sempre* são menos precisos do que as formas de polaridade definida. Segundo ele, *Certamente é João* é menos certo do que *É João*. O autor conclui dizendo que "você só diz que está certo, quando não está" [*In other words, you only say you are certain when you are not]*.

Se, por outro lado, o valor trocado na interação são bens e serviços, a

modalidade indica obrigação ou inclinação. Nas ordens, a modalidade representa o grau de obrigatoriedade que o falante quer estabelecer com o interlocutor: permissão, recomendação e obrigatoriedade. Já, nas ofertas, a modalidade envolve o grau de inclinação do falante em relação à oferta. O falante pode indicar habilidade, disposição ou determinação.

Em português, de forma geral, essas indicações de obrigação e inclinação costumam ser expressas mais comumente por operadores modais finitos (poder, dever, ter de, etc.).

(6) (...) (as propostas) Deveriam, contudo, ser vistas pelo ministério apenas como parte de um contexto maior ... (editorial 11) (Folha de S.Paulo − 30/05/04)

De forma a distinguir esses dois tipos de modalidade – a que se relaciona a troca de informações e a que se refere a bens e serviços –, Halliday chama a primeira de modalização e a segunda de modulação.

Halliday (1994: 90) declara ainda que a modalidade envolve graus ou escalas de comprometimento do falante com a validade do que é dito: alto, médio e baixo. Isso significa que o falante pode manifestar um grau alto ou baixo de certeza sobre a proposição, ou também, diferentes graus de pressão sobre o interlocutor em relação a uma ordem. Thompson (2004: 69) diz que esses graus são uma idealização, não correspondem, necessariamente, a categorias absolutas e sim a áreas numa escala. Thompson reforça, contudo, a utilidade desses rótulos em análises de textos, citando como exemplo textos acadêmicos, em que o escritor e, consequentemente o leitor têm de julgar até que ponto a declaração é apresentada como certa ou como um enunciado aberto a dúvidas.

Em reedição de sua *An Introduction to Functional Grammar*, em colaboração com Matthiessen, Halliday (2004: 149) apresenta duas outras variantes na análise da modalidade: objetiva/subjetiva e explícita/implícita.

A modalidade subjetiva ocorre quando o falante/escritor expressa seu ponto de vista, deixando claro que é um ponto vista pessoal. A modalidade objetiva, por outro lado, faz com que o ponto de vista do falante/escritor pareça uma qualidade da proposição. O período abaixo, extraído do *corpus*, exemplifica a modalidade objetiva:

(7) É certo que não se pode negar a precariedade da situação (...) (editorial 1) (O Globo − 21/05/06)

Nesse caso, a opinião do articulista quanto à proposição – ele acha certa a proposição de que a situação é precária – é disfarçada como uma qualidade dessa proposição, como se fosse algo independente de seu ponto de vista.

Para exemplificar a modalidade subjetiva, recorremos à construção apresentada por Halliday e Matthiessen (2004: 149), já que esse tipo de modalidade não é comum em editoriais, por suas características como gênero textual, que serão aqui apontadas.

(8) Estou certo de que é verdade. [*I'm certain that is true*]

Outra variável citada por Halliday e Matthiessen (2004) diz respeito à modalidade implícita e explícita. O termo *implícita* é usado quando a modalidade está expressa na mesma oração que a proposição principal, enquanto o termo *explícita* é empregado quando a modalidade está em uma oração separada. Observem-se os exemplos abaixo extraídos do *corpus*:

(9) É certo que não se pode negar a precariedade da situação (...) (editorial 1) (O Globo – 21/05/06)

O exemplo acima ilustra com clareza, em um mesmo período, a modalidade explícita e a implícita. Através da oração "É certo", o articulista manifesta sua certeza sobre a validade da proposição representada por outra oração "não se pode negar a precariedade da situação". É, pois, um acaso de modalização – incide sobre a informação, indicando possibilidade – explícita. No mesmo período, contudo, há um exemplo de modalidade implícita na oração "não se pode negar a precariedade da situação", em que o operador modal "pode" incide sobre o predicador "negar" da oração em questão, representando outro caso de modalização, mas, desta vez, implícita.

Pelo exposto, percebe-se que, apesar de os elementos do Modo – Sujeito, Finito, Adjuntos Modais – serem as formas mais comuns de indicação da modalidade, ela pode ser expressa por elementos fora do sistema Modo. Fica evidente que essa categoria pode ser indicada em pontos diferentes da oração, não necessariamente no Modo ou unicamente por meio de seus elementos. A oração "É certo" não deixa dúvida quanto a isso; por esse motivo, é considerada uma oração modal (Thompson, 2004: 71).

Os elementos integrantes do modo, contudo, por serem formas mais comuns de expressão da modalidade, seriam considerados formas de expressão congruentes. Pode-se dizer, pois, que a forma congruente representa uma relação natural entre significado e fraseado – entendido fraseado como realização no sistema léxico-gramatical ou seleção léxico-gramatical. Thompson (2004: 222), diz que "termo congruente pode ser definido informalmente como a expressão próxima ao estado de coisas no mundo exterior".

Em Halliday (1976: 143), fica claro que a noção de formas congruentes ou incongruentes aplica-se às três metafunções, não apenas à metafunção interpessoal como ficou ilustrado aqui. Observem-se as palavras do autor:

> Os três principais tipos de papel de transitividade – processo, participante e circunstância – correspondem, de modo geral, às três principais classes de palavras (ou grupos de palavras) encontradas na maioria das línguas: verbo, substantivo e advérbio. Em Inglês, especialmente, os processos

> são expressos por grupos verbais, os participantes por grupos nominais e as circunstâncias por grupos adverbiais (...). Há também formas de expressão incongruentes, com funções de um tipo expressas por classes ligadas basicamente, a outro tipo, como em (8):
>
> (8) dinner of roast beef was followed by a swim
> [o jantar de rosbife foi seguido de um mergulho]
>
> Aqui os processos de comer e nadar são expressos por substantivos; a relação temporal entre eles pelo verbo follow [seguir]; e dos dois participantes, um é omitido e o outro (roastbeef) usado para qualificar *dinner* (compare: in the evening they ate roastbeef and then swam, "À noite, eles comeram rosbibe e depois nadaram".)

Halliday, no excerto acima, apresenta a noção de formas congruentes e incongruentes em relação a elementos que integram a metafunção experiencial

Conclui-se, assim, que, dentro de cada metafunção, há formas mais óbvias de expressão de determinados significados – formas congruentes – e formas menos comuns – incongruentes.

5. A modalidade e as funções da linguagem

Tendo em vista o reconhecimento das três metafunções na perspectiva sistêmico-funcional, parece interessante avaliar a produção de enunciados modalizados no domínio maior do cumprimento dessas funções.

Na perspectiva hallidayana, como já se viu, as três metafunções estão simultaneamente presentes na frase. Da mesma forma, em enunciados modalizados, não há nenhuma função que deixe de ser cumprida: nesses enunciados, tanto entender o ambiente (metafunção ideacional) como influir sobre os outros (metafunção interpessoal) são, igualmente propósitos do usuário da língua, operacionalizados pela metafunção textual.

Parece evidente, contudo, que o estabelecimento da interação verbal − da 'troca' que cumpre a metafunção interpessoal − é o momento em que os interlocutores, ao mesmo tempo que organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, colocando-se na posição de doador ou de solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador etc., ao mesmo tempo que escolhem marcar explicitamente seu enunciado − ou não − com valores modais das diversas categorias.

Desse modo, supomos como Neves (2006) que, em um enunciado marcadamente modalizado, também deva estar mais marcada a metafunção interpessoal, exatamente pela evidente presença do falante e do destinatário, tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deôntico (que envolve as diversas pessoas do discurso, centrando-se no ouvinte). Justifica-se, assim, a opção pela abordagem das orações bases das subordinadas substantivas no âmbito exclusivo

da metafunção interpessoal, uma vez que, através de tais construções, o enunciador avalia, filtra, julga a 'realidade' do estado de coisas ou a 'verdade' da proposição.

No presente artigo, ampliaremos, de certa forma, o conceito de modalidade estabelecido por Halliday (1994). Consideramos modalidade, não só as noções de modalização e modulação propostas pelo autor, mas também quaisquer noções de valor que o enunciador atribui aos estados de coisas que descreve ou a que alude em seus enunciados. Nesse sentido, aproximamo-nos do que Pinto (1994) considera modalização do enunciado. Adotaremos, desse modo, a nomenclatura "modalização" e "modulação", de acordo com definições propostas por Halliday, e chamaremos de "modalidade" as indicações de apreciação e/ou juízo de valor do enunciador sobre o conteúdo asseverado. Ainda nessa categoria, serão incluídas de origem do enunciado, através das quais o enunciador se isenta da responsabilidade sobre o conteúdo asseverado.

Na perspectiva sistêmico-funcional, tais indicações de valor são tratadas no âmbito da teoria da valoração, proposta por Martin (2000). Segundo Thompson (2004:75), a teoria da valoração "pode ser definida de forma simples como a indicação de que o falante pensa que alguma coisa (pessoa, coisa, ação, evento, situação, ideia, etc.) é boa ou má".[1]

Assim, chamaremos de modalidade as ocorrências em que o enunciador manifesta seu julgamento ou apreciação sobre o conteúdo proposicional da sentença, a par também das noções de modalização e modulação referidas anteriormente. É fundamental, contudo, ressaltar que esses três tipos de significado modal veiculam, de forma inequívoca, significados interpessoais.

6. Considerações finais

Como se pôde perceber, os estudos sobre modalidade abarcam diferentes áreas do conhecimento, contudo, percebe-se, de forma inequívoca, a sua relevância para os estudos linguísticos. Um maior aprofundamento do tema e sua difusão no ensino de língua portuguesa no ensino fundamental e médio seriam de grande relevância para o processo de leitura e produção de textos. A análise dos itens linguísticos que veiculam a modalidade permitiria tornar o ensino gramatical mais produtivo A área de estudos relativos à modalidade está, pois, a exigir maiores desenvolvimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. (1977) *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna.

1 Appraisal can be simply defined as the indication of whether the speaker thinks that something (a person, thing, action, event, situation, idea, etc) is good or bad.(tradução livre)

CASTILHO, A. & CASTILHO, C. (2002) "Advérbios Modalizadores". *In*: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado: Níveis de Análise Linguística*. Campinas: Editora da Unicamp.

CUNHA, C. F. da. (1970) *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares. (edição consultada: 3.ª, 1972)

_____ & CINTRA, L. F. L. (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (edição consultada: 2001)

GUIMARÃES, E. (1979). *Modalidade e Argumentação Linguística*. Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado.

HALLIDAY, M. A. K. (1976) Estrutura e função da linguagem. *In*: LYONS, J. (org.) *Novos horizontes em linguística.* São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo.

_____. (1979) *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning.* London: Edward Arnold.

_____. (1994) *An Introduction to Functional Grammar.* 2.ª ed. London: Edward Arnold.

_____ & HASAN, R (1989) Language, Context and Text: Aspects of Language as a Social-Semiotic Perspective. Oxford University Press.

_____ & MATTHIESSEN, C. (2004) *An Introduction to Functional Grammar*. 3.ª ed. London: Hodder Arnold.

KOCH, I. V. (1987) *Argumentação e Linguagem.* 2.ª ed. rev. São Paulo: Cortez.

LIMA, C. H. da R.. (1957) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores.(edição consultada: 9.ª, 1963)

NEVES, M. H. M. (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2002) "A Modalidade". *In*: KOCH, I. V. *Gramática do Português Falado: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2006) *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto.

PARRET, H. (1988) *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp.

PINTO, M. J. (1994) *As Marcas Linguísticas da Enunciação: Esboço de uma Gramática Enunciativa do Português*. Rio de Janeiro: Numen Ed.

THOMPSON, G. (2004) *Introducing Functional Grammar*. 2.ª ed. London: Hodder Arnold.